

Maria Emília Brederode Santos¹

Vou recordar que começámos pelos meninos invisíveis, acabámos nos meninos explorados e, entretanto, passámos por vários outros meninos. Provavelmente, muitos são os mesmos... Além disso, temos vindo a ser alertados para casos muito dramáticos de violência contra as crianças e sabemos que os números da negligência, que são casos que não aparecem nos jornais nem nas televisões, são ainda muito superiores. Portanto, importa interrogar e creio que foi isto que esteve na base deste seminário – a Dra. Teresa Gaspar, que esteve muito na inspiração deste seminário, poderá dizê-lo melhor –, mas então ninguém vê? Ninguém soube ver? Ninguém ajuda? A tal ideia de que há muito quem sacuda e pouco quem acuda!...

Interrogámo-nos também por que é que as Comissões de Menores, os PIEFs e esse tipo de programas, se queixam de, muitas vezes, estar inundados de casos que não são para eles, quer dizer, que a escola deveria poder resolver ao seu nível de escola e não inundar, com esses casos, os serviços mais especializados porque estes depois não podem dar atenção aos casos mais graves, que são aqueles que lhes são, de facto, destinados. Por outro lado, sabemos como os professores e as escolas se sentem sós, sem saberem exactamente o que é que podem fazer e a quem é que podem recorrer e que ajudas é que podem ter.

Achámos muito interessante este Estudo de Caso que começou por constatar como se tornam invisíveis os meninos que não estão na escola. Na realidade, trata-se, de um grande elogio à escola. Apesar de tudo, é a única instância que ainda trata dos meninos todos, embora deixe escapar esses meninos, o que nos leva à interrogação: Quem é que devia tomar conta deles? Quem é que devia saber isto?

Também se revelou esta manhã, de uma maneira muito viva, como as taxas de abandono escolar provavelmente estão subestimadas, e como esses meninos acabam por vir a reaparecer nas taxas do insucesso. E sabemos que todos os anos há 13% de meninos que ficam retidos, em situação de

¹ Conselho Nacional de Educação

insucesso, no básico, porque no secundário essa taxa ainda é muito superior, são os tais 33%. E também sabemos que este número não está a diminuir, no 1.º ciclo sim, mas nos outros níveis de ensino não está a diminuir.

Portanto, estes, a juntar àqueles de que a Dra. Joaquina falava, que nunca foram à escola – jovens com quinze anos que nunca foram à escola! (Ao mesmo tempo, temos que nos congratular por a legislação portuguesa ser generosa e apreciada. Por exemplo, o acesso à educação e aos cuidados de saúde aplica-se a todos os meninos, em Portugal, independentemente da nacionalidade dos seus pais e do estatuto legal em que se encontram. Isto é uma coisa de que nos podemos orgulhar, não acontece em todos os países.) Mas, por outro lado, temos que nos interrogar: então onde é que estão estes meninos com quinze anos, que nunca foram à escola? Como é que é isto? E quem é que vai tomar conta deles? E quem é que vai saber disto? Parece tudo um círculo vicioso. Sobretudo, há o círculo vicioso da escola que me preocupa, que é quando o menino tem algumas dificuldades, como todos temos, como aprendentes todos temos, em algum momento, algumas dificuldades. Se não nos ajudam a ultrapassar essas dificuldades, elas vão-se acumulando, e se essas dificuldades se vão acumulando conduzem ao insucesso, e se há muito insucesso conduzem ao abandono, e lá perdemos os meninos. Vou recordar uma frase que ouvi a semana passada, em Albufeira, uma senhora que dizia, “criança que a escola rejeita, é criança que a cadeia aceita”. Também há esse círculo vicioso: os meninos desaparecem, depois vêm a aparecer em situações muito mais complicadas para todos.

Deste Estudo, das intervenções feitas, das experiências existentes, destas medidas, parece-me que, apesar de tudo, algumas coisas se retiram, mesmo para já e espero que continuem. Por um lado, há aquilo de que a Dra. Maria João Leote falava, a necessidade de uma intervenção precoce; depois o Dr. António Ponces de Carvalho disse logo que não era precoce, era atempada. Acho que ela queria dizer precoce, no sentido de logo ao nível do pré-escolar, pois há meninos que têm algumas dificuldades e que mereceriam e precisariam de ajuda. Com ano e meio ou dois anos, já se vêem diferenças entre os meninos. O menino que tem acesso aos livros já é capaz de passar as folhas uma a uma, o menino a quem contam histórias

tem, não só um vocabulário mais rico, como uma maior compreensão do que os livros contêm e um outro interesse por eles, naturalmente, do que meninos de outros meios para quem o livro é um objecto desconhecido e a leitura uma estranha actividade. Portanto, o problema põe-se realmente ainda mais cedo do que no pré-escolar. As creches, não se trata de escolarizar as creches nem o pré-escolar, mas de não terem só uma função de custódia e sim também educativa. Haver uma intencionalidade educativa nas creches, ser assumida essa dimensão, acho que é uma questão importante, esta intervenção precoce mesmo desde as creches, uma intervenção atempada, se quiserem, uma intervenção imediata.

Esta manhã, também se falou muitas vezes dos vários exemplos da Finlândia, mas lembro-me que a coisa que mais me impressionou do que tenho lido sobre a Finlândia é que se diz que quando um menino tem uma dificuldade na aula, em determinada aprendizagem, há imediatamente um apoio, há outro professor que vem e que ajuda. E isso é a tal intervenção imediata, não se está à espera que o problema se agrave e as dificuldades se acumulem. Uma intervenção diversificada, que tenha em conta as diferenças dos meninos, os meninos com necessidades educativas especiais, mas não só, todos nós temos dificuldades em vários momentos. Uma intervenção com responsáveis claros, pois parece-me que, com tantas instâncias, não há depois alguém que seja responsável. Apetecia-me ver um folheto muito simples a enunciar claramente as responsabilidades dos directores de turma, por exemplo: quais são as suas responsabilidades? Que ajudas é que têm? A quem é que podem recorrer? Um texto onde tudo isso ficasse definido, com o risco, obviamente, de ficar um bocadinho mais inflexível, mas, ao mesmo tempo, saber quem é responsável pelas coisas, com que apoios diversificados, do mais informal ao mais formal, como hoje o Juiz Armando Leandro delineava.

Depois vimos que há várias linhas de apoio ao nível da prevenção, da diferenciação pedagógica e curricular. Tivemos a intervenção da Dra. Ana Cadima, que foi tão útil nesse campo, e que definiu a individualização para todos como uma regulação individual dos itinerários de aprendizagem de cada aluno em situação de grupo.

As implicações disto ao nível da organização de materiais, de actividades, de tarefas, de tempo, de espaço, a necessidade de as aprendizagens terem um significado, isso aplica-se a todos; de serem organizadas, claro que com meninos com mais dificuldades as aprendizagens têm que ser mais organizadas, tem que haver maior clareza nos procedimentos, as tarefas têm que ser mais explícitas. Noutras situações, as tarefas podem ser mais ambíguas, porque também temos de aprender a viver na ambiguidade e na insegurança, mas tem de haver uma diferenciação a todos estes níveis e de acordo com as necessidades das crianças, de acordo com o momento e com a aprendizagem naquele momento preciso.

Depois creio que se podia falar na questão de haver várias linhas de apoio:

Uma primeira linha de apoio são os professores extra, que estão ali na turma e que ocorrem logo nas primeiras dificuldades. Integração de meninos com necessidades educativas especiais na turma, óptimo, mas que haja os apoios disponíveis imediatamente para o menino invisual poder ser ajudado com o Braille, para o menino com alguma dificuldade motora ter ajuda, não pode ser tudo a cair em cima do professor da turma. Ter em contas as diferenças, por exemplo, integração dos meninos com necessidades educativas especiais, sim senhor, mas os meninos surdos também terem direito à sua especificidade, à sua língua própria e, portanto, terem outro tipo de apoios, diferentes e próprios.

Uma segunda linha de apoios pode implicar a diversificação já não na turma, mas na escola. Vimos hoje uma série de respostas de diversificação a nível da escola, designadamente os cursos de Educação Formação. Não falámos nos centros de RVCC, mas estes também são uma forma de recuperar meninos para a escola. As escolas profissionais também aqui não foram faladas, mas são outra via possível. A reforma que está em curso no secundário, os PIEF, com todas as características que a Dra. Joaquina aqui explanou e onde me pareceu haver certas coisas extremamente interessantes: recordo o *slogan* “o nosso trabalho é estudar” e também o facto de os professores serem convidados, de serem voluntários, que faz com que

saibam para o que vão ao comprometerem-se com o programa. Também é de registar o facto de utilizarem técnicas do Movimento da Escola Moderna, que já provaram noutros contextos, como as assembleias de turma, a auto-avaliação, maior espaço à participação das crianças e jovens na sua própria aprendizagem. Isto tanto se aplica ao Movimento da Escola Moderna, como aos PIEF, como a qualquer situação. Acho que é aquilo a que poderíamos chamar uma característica da “disciplina construtiva”, que visa desenvolver competências de convivalidade e criar um bom ambiente de trabalho.

Um terceiro nível referir-se-á à organização, à criação de redes de escolas, conforme foi sugerido pela Dra. Teodolinda. Teriam que ser redes muito flexíveis, tudo tem que ter soluções bastante flexíveis. Por outro lado, tantos percursos alternativos não constituirão também um alerta para que alguma coisa não está bem na escola regular, como dizia a Dra. Graça Franco? Acho que é uma questão em que temos de pensar.

Aproveitava para relacionar o que aqui foi dito com o Debate Nacional sobre Educação que o CNE tem vindo a organizar. Todos estamos de acordo que há um ensino básico comum de nove anos, há um currículo comum de nove anos que tem de ser assegurado a todos. Mas esse currículo que está definido, está em constante transformação e, provavelmente, daqui a dez ou quinze anos não será exactamente o mesmo. Por isso, convido todos a participar no Debate e no *forum* da Internet, contribuindo com ideias para esta e outras questões.

Como dizia esta manhã a conselheira Ana Maria Bettencourt, temos de estudar e avaliar estas e outras experiências, de modo a tornar claras as responsabilidades das escolas e das outras instâncias, mas sobretudo para que as novas estruturas a criar venham a ser úteis para todos, correspondam a mais espaços de participação de crianças e jovens e que as ajudem a determinar o seu destino.

Finalmente, quero dizer que achei interessante o título deste Seminário — Riscos Educativos. É um conceito que nos deve fazer pensar: no fundo, aprender é arriscar, é sempre arriscar perder qualquer coisa que se sabe, que

é seguro, para conquistar uma coisa diferente que ainda não se domina. E se aprender é arriscar, temos que aprender a arriscar, a não ter medo de inventar novas formas de aprender.



Debate Nacional sobre
Educação

Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa
Portugal

www.cnedu.pt

cne.doc@cne.min-edu.pt

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93